

Eixo Temático

3. Educação no Campo, Marxismo, Trabalho e Formação Humana

Título

COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO NO MST EM SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DO ESTADO CAPITALISTA QUE BLOQUEIAM O POTENCIAL EDUCATIVO DO TRABALHO ASSOCIADO

Autor(es)

Henrique Novaes
João Henrique Pires
Douglas Rodrigues Silva

Instituição

UNESP - Marília

E-mail

hetanov@yahoo.com.br
bobpires@yahoo.com.br
douglassss@gmail.com

Palavras-chave

Cooperação; Movimento Sem Terra; Estado Capitalista e Trabalho como Princípio Educativo

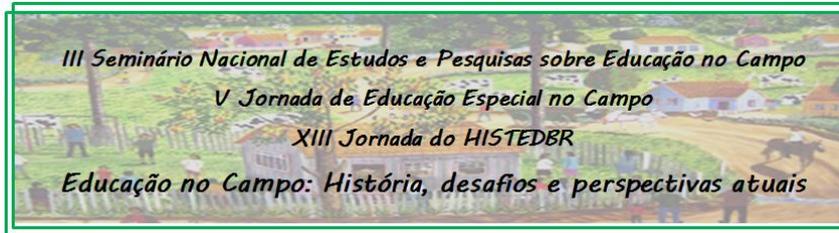
Resumo

O Estado de São Paulo é um dos Estados privilegiados da federação para a observação da reestruturação do campo e a (im)possibilidade de uma reforma agrária que tenha como alicerce a cooperação, o cooperativismo e a agroecologia nos assentamentos. A primeira do artigo parte faz um breve retrospecto histórico da economia política do campo no Estado de São Paulo. A segunda parte mostra os limites e as contradições da cooperação e do cooperativismo nos assentamentos do MST diante da nova ofensiva do agronegócio no Estado. Encerramos o artigo com algumas considerações finais.

Texto Completo

Desde os anos 1970 estamos presenciando uma ofensiva do capital. Em Novaes et. al (2015) delineamos as principais dimensões desta ofensiva: a) pressão para a livre

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



circulação do capital financeiro resultando na reestruturação produtiva do campo e da cidade; b) inovações tecnológicas que intensificaram a produção e a diversificação das mercadorias; c) expansão do capem direção a setores e campos ainda não sujeitos à plena mercantilização, como a saúde e a educação, com uma onda de privatizações, que elevou o ciclo da mercantilização a um novo patamar; d) implementação de processos de mudança de localização e terceirização das empresas que praticamente desmontaram o poder dos sindicatos combativos da era do capitalismo taylorista-fordista.

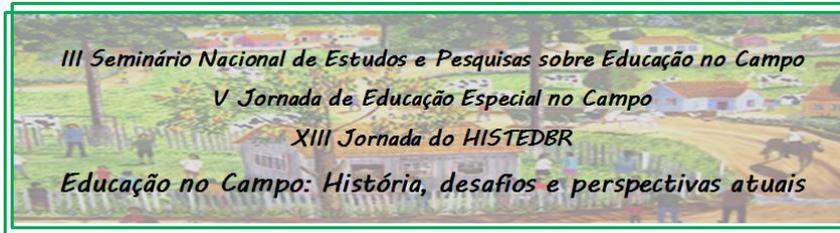
O Estado de São Paulo é um dos Estados privilegiados da federação para observação desta ofensiva, em especial a reestruturação do campo e a (im)possibilidade de uma reforma agrária que tenha como alicerce a cooperação, o cooperativismo e a agroecologia nos assentamentos.

Este artigo foi dividido em duas partes. A primeira parte faz um breve retrospecto histórico da economia política do campo no Estado de São Paulo. A segunda parte mostra os limites e as contradições da cooperação e do cooperativismo nos assentamentos do MST diante da nova ofensiva do agronegócio no Estado. Encerramos o artigo com algumas considerações finais. Cabe sublinhar que o artigo foi escrito para jovens que pretendem se tornar “técnicos” em Agroecologia. Com isso, procuramos simplificar alguns conceitos e análises sem cair em simplismos.

Dos cafezais a expansão do Agronegócio no Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo passa a ter destaque no cenário nacional no século XIX, com a consolidação do complexo cafeeiro e da indústria nascente (CANO, 2005). Para isso, a importação de mão de obra italiana e espanhola tornou-se fundamental (MARTINS, 2009).

Se destacarmos Oeste paulista. José Teodoro, um mineiro de Pouso Alegre, comprou as terras da região. Terras públicas para colonização nos anos 1930. As Regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente história parecida. Chacina dos índios Coroados, desbravamento das terras, expulsão de posseiros e instalação de grandes propriedades de terra para produção de café e algodão (MONBEIG, 1984, PEREIRA, 2005).



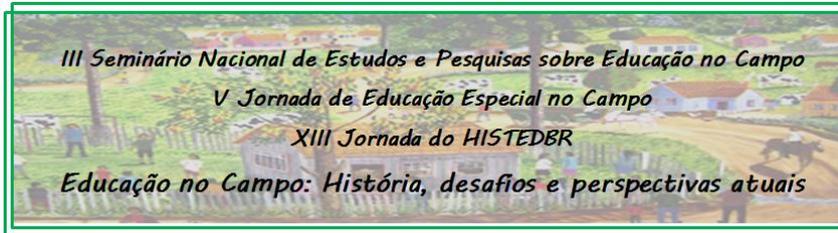
Não por coincidência, 15 dias após a abolição do tráfico negroiro as oligarquias brasileiras proclamam a lei de terras, em 1850. Na metade do século XIX as lutas contra a escravidão já estavam num novo patamar (MOURA, 2014). Diga-se de passagem, São Paulo foi o último estado do mundo e a cidade de Campinas a última a aceitar o fim da escravidão.

Com a crise da bolsa de valores de 1929 e sua consequência imediata, a Revolução de 1930, entramos num outro momento histórico. Wilson Cano observou as “raízes da concentração industrial” no Estado de São Paulo. Foi no Estado de São Paulo que surgiram os principais bancos, comércio e indústrias.

O surgimento da indústria – ainda que tardio – levou a criação das condições gerais de produção e reprodução da mesma. Ele levou a criação de um tímido sistema educacional, criação do SENAI/SESI e das Escolas Técnicas Federais, criação da USP e das Faculdades Isoladas no interior (SAVIANI, 1998; CUNHA, 1998). Junto com estas, a criação da uma política habitacional centrada nas vilas operárias e no controle dos preços dos alugueis (BOUNDUKI, 2000). Francisco de Oliveira (2004) também destaca a taxa de câmbio, subsídios e inúmeras políticas estatais favoráveis a industrialização. Com isso, os recursos vindos do café eram “drenados” para a consolidação do parque industrial. Carone (1984), por sua vez, sublinha o atrelamento dos sindicatos ao Estado como forma de evitar e enquadrar as demandas do proletariado nascente dentro dos marcos do capital.

Do ponto de vista político, Ianni (2009) observa que a elite paulista reagiu rapidamente a perda do controle do Estado para Getúlio Vargas. A Revolução de 1932 significou a tentativa das classes paulistas de retomada do controle do Estado. Ainda para Ianni, de 1930-1955 tivemos um breve momento de florescimento de um capitalismo autônomo, que rapidamente se converteu num capitalismo associado, tendo os centros de decisão determinados fora do país. Para ele, o capital estrangeiro passou a determinar os rumos da nação, algo que ficou mais nítido a partir do golpe de 1964.

Lembremos que nos anos 1950-64, há um acirramento da luta de classes no país. Lutas por melhores salários e condições de vida num país com inúmeras marcas da escravidão, lutas por terra num país dominado por latifúndios, reforma urbana num país que trocou a senzala pela favela, reforma e criação de universidades atreladas ao



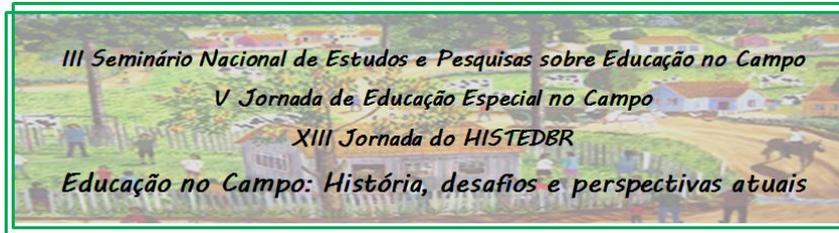
desenvolvimento nacional. Lutas pela expansão do ensino público e laico, como as puxadas por Florestan Fernandes, campanhas de alfabetização, com destaque para Paulo Freire. Campanhas como o “petróleo é nosso”, lutas para a formação do sistema Eletrobras, dentre tantas outras. Glauber Rocha tornou-se o ícone do cinema novo, Sérgio Ferro da Arquitetura nova, os alunos de Nelson Werneck Sodré de História nova. Estas lutas marcaram o cenário do momento mais bonito e delicado de nossa história.

Uma aliança entre EUA, burguesia industrial, Igreja Católica, grandes latifundiários e parcelas dos empresários – com grande peso da elite paulista, levou a derrubada de João Goulart em 31 de março/1  de abril de 1964. Lembremos que nos anos 1960 o IPES-IBAD já preparavam o golpe. Tivemos também inúmeras manifesta es de rua como a pela “Tradi o, Família e Propriedade”, campanhas de ódio aos “comunistas”, dentre outras (DREYFUS, 1981).

Os historiadores marxistas são unânimes em observar que a ditadura civil-militar foi representou uma grande ruptura histórica. A esquerda da USP, da UNB e tantas outras universidades federais foram dizimadas, as lutas por terra estranguladas, partidos e sindicatos de esquerda colocados na ilegalidade, ex lios, tortura e morte do pensamento crítico, *escanteamento* da esquerda da Igreja Católica, fim das Ligas camponesas... (FERNANDES, 2006; NOVAES, 2012).

A reestrutura o do campo paulista, isto  , a “moderniza o conservadora” levou a instala o ou amplia o de grandes corpora es produtoras de agrotóxicos, adubos sintéticos e tratores. Para que a “moderniza o” do campo se consolidasse foi preciso uma pesada mão do Estado para criar as condi es gerais de expansão do campo: crédito barat ssimo para a compra de máquinas e equipamentos, assistência técnica para a implementa o da “Revolu o Verde”, financiamento da exporta o, repressão dos sindicatos do campo, extermínio das guerrilhas, reforma da Universidade Estatal tendo em vista a adequa o do currículo aos ditames da “revolu o verde”, etc.

Dentre do debate da reestrutura o do campo, Nelson Werneck Sodré (1995) destaca as contradi es do Proálcool. Para ele, se por um lado o Proálcool significou naquele momento a produ o de energia nacional, por outro levou a concentra o da propriedade e da renda. De fato, no frigidar dos ovos, esta política levou a forma o de



grandes grupos de usineiros, com um enorme poder de decisão dos rumos do capitalismo brasileiro.

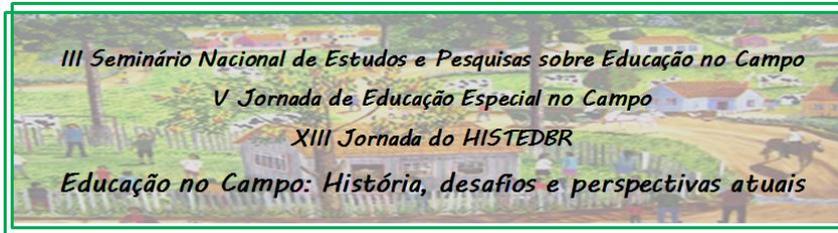
A explosão de inúmeras manifestações e lutas a partir da segunda metade dos anos 1970 levou a estratégia – por parte das nossas elites – de uma transição gradual, lenta e segura. Essa estratégia foi vitoriosa, levando a uma transição da ditadura para a “democracia” sem grandes rupturas, democracia cada vez mais comandada pelo capital financeiro. O controle dos postos estratégicos do Estado pelo capital limitou o poder do chamado “novo sindicalismo”, do PT e PMDB, do MST, do ANDES, instituições estas que tentaram recompor as lutas sociais clássicas de um país rasgado por inúmeras contradições sociais. Quando achávamos que iríamos vencer a transição segura, tendo como ponto alto a Constituição de 1988, a Globo elegeu Collor que, junto com as corporações cada vez mais transnacionalizadas e reestruturadas, jogou o povo novamente na lona. A maior parte das conquistas formalmente inseridas na Constituição foi negada na prática dos trabalhadores brasileiros.

Para se ter uma ideia, nos anos 1980 o Pontal do Paranapanema torna-se um dos maiores palcos de luta por terra no Brasil. Terras Griladas por fazendeiros, terras griladas por corporações com conivência do Estado. Conforme veremos a frente, na cidade de Promissão – situada no Centro-Oeste paulista - as lutas levaram ao assentamento de 500 famílias, conforme veremos na seção seguinte. Andradina.

Nos anos 2000, a Cana de Açúcar que já ocupava 50% do território do Estado, passa a ocupar 80%. O Estado de São Paulo deixou de ser uma grande plantação de café para se tornar um grande canavial. A cana se tornou o ouro “transparente”. Lembremos que Lula afirmou em 2005 que a cana seria a salvação da lavoura brasileira, literalmente. Para se ter uma ideia, a rentabilidade do outro “transparente” levou a instalação de mais de 80 Usinas em São Paulo, Goiás, Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul.

Mas é preciso salientar também que se até os anos 1970 a luta se dava contra “fazendeiros chapeludos”, como certa vez afirmou um membro do MST, a partir de agora a luta se dá contra fazendeiros e corporações transnacionais que passam a investir no mercado do álcool e do eucalipto, comprando ou controlando as terras paulistas, colocando a luta de classes num outro patamar.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



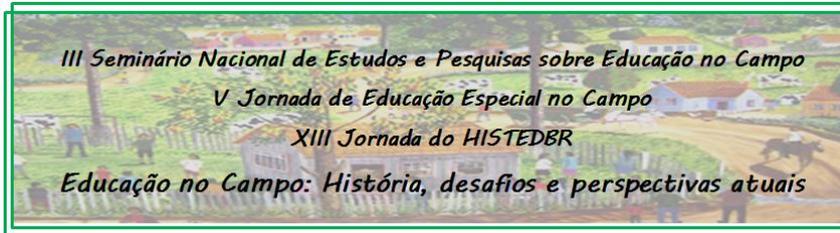
O controle produtivo-econômico do agronegócio também vai se manifestar nos aparelhos reprodutivos-políticos-ideológicos. No que se refere ao Judiciário, não são poucos os estudos que demonstram as mil e uma manobras para retardar a criação de assentamentos, que mostram o questionamento dos assentamentos já existentes e todas as possibilidades jurídicas para dificultar e bloquear o surgimento de assentamentos.

Na educação, Lamosa (2013) chama a atenção do Ensino do agronegócio nas Escolas de Ribeirão Preto. Acreditamos que a pedagogia do “desenvolvimento sustentável” ganha força, se colocando ao lado das pedagogias da afetividade, tolerância e empreendedorismo, muito difundidas pela Secretaria da Educação do Estado São Paulo.

Em análise preliminar do Currículo do Ensino Médio, concebido pelos intelectuais orgânicos das frações do capital, é possível perceber a ausência de uma crítica radical a produção destrutiva, isto é, uma análise pouco adequada para a percepção e luta contra a transgenia, agrotóxicos, adubos sintéticos e seu pilar fundamental – o controle das terras pelo capital. Ao contrário, os cadernos do aluno e do professor falam em sociedade do conhecimento, evolução da ciência, pairando na mente dos jovens trabalhadores da escola pública a ideia de uma simples “escolha” entre produtos orgânicos e transgênicos. “Você decide”, desde que não lute contra as corporações donas das terras e os latifundiários e muito menos lute contra o pacote da “Revolução verde”.

Uma das particularidades do Estado de São Paulo é que o mesmo partido – o PSDB – comanda uma aliança partidária desde 1994. A dita socialdemocracia paulista promoveu uma ampla contrarreforma do Estado, alicerçada em privatizações, mercantilização da educação e readequação do complexo de ensino superior e pesquisa, reforma das escolas técnicas, expansão do encarceramento em massa, das parcerias público-privadas e das organizações sociais (SANFELICE, 2010; NOVAES, 2014).

Molina, Arelaro e Wolf (2015) também destacam incisivo assédio de empresas monoculturas, vinculados ao agronegócio, às escolas do campo. Esta situação, que se repete em muitos lugares, pode ser emblematicamente traduzida pelo texto que trata da situação das escolas do campo no município de Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema. Neste município, a empresa denominada “Usina Odebrecht

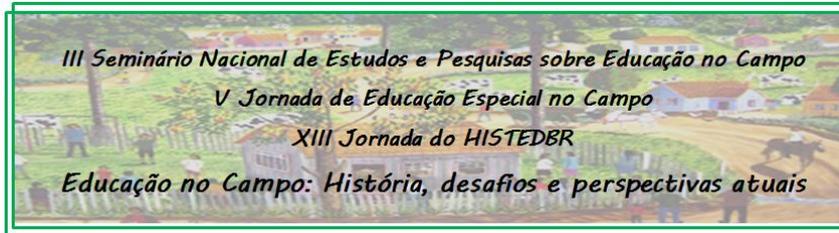


Agroindustrial”, a partir de diferentes estratégias de envolvimento do poder público municipal; de membros da comunidade; de lideranças e de agentes da escola, através do “Programa Energia Social para a Sustentabilidade Local”, tem conseguido se inserir nas escolas do campo da região disseminando e promovendo contra valores entre os docentes; os discentes e a comunidade, enaltecendo os “benefícios” do agronegócio para o território, dificultando a compreensão das imensas contradições que sob este modelo agrícola se escondem. Uma das mais perversas tem sido o convencimento da juventude das áreas de Reforma Agrária da região, de abrir da maior vitória alcançada com a luta pela terra, que significa o domínio deste meio de produção, convencendo esta juventude a vender sua força de trabalho a estas empresas monocultoras, conseguindo inclusive, que muitas famílias acabem arrendando seus lotes para estas mesmas empresas.

Ao mesmo tempo, se dá a criminalização dos movimentos sociais. Lembremos apenas a reação do Estado ao caso Cutrale-MST em Iaras, da tragédia do Pinheirinho, a repressão nas manifestações pelo Passe Livre em 2013. A frase de um ex-presidente paulista Washington Luis torna-se novamente atual – “questão social é questão de polícia”. Lembremos que foi um paulista – Domingos Jorge Velho – o encarregado da destruição do Quilombo de Palmares.

Do outro lado do front, professores pedindo “menos bala e mais giz”, Sem-Teto lutando por “mais direitos e menos direita”, atingidos por barragens dizendo “águas para a vida e não para a morte”. Como as frações do capital que comandam o Estado de São Paulo não tem mais no seu horizonte soluções republicanas, a solução recorrente é a solução policial.

Para nós, é dentro deste contexto que devem ser analisadas as políticas mínimas para os assentamentos e máximas para as corporações financeirizadas, isto é, um projeto de *obstaculização* da reforma agrária e aniquilamento dos movimentos sociais. Para os assentamentos: políticas esparsas, lentas, inadequadas, visão utilitarista do associativismo pelo Governo Federal e Estadual, agroecologia exótica, sem ser o pilar fundamental da política agrária. Nos documentos do Governo Federal e Estadual, a “política” de reforma agrária cada vez mais se restringe a pequenas regiões – Andradina, Pontal e Bauru.



Do outro lado do front, políticas para a expansão e instalação das usinas, parques e polos industriais e especulação imobiliária (transformação de hectare em metro quadrado) em regiões estratégicas para o capital financeiro: Campinas, Grande São Paulo, Ribeirão Preto, Araçatuba, Vale do Paraíba. Diante deste cenário, é pouco provável que a cooperação, o cooperativismo e a agroecologia possam florescer, conforme veremos na seção abaixo.

A concepção da cooperação pelo MST

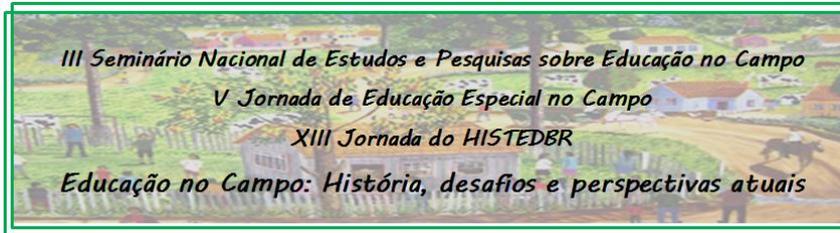
As lutas e resistências contra o trabalho escravo e contra as mazelas do monopólio da terra fazem parte da nossa história. Diversos conflitos como em Canudos (1987), Cabanagem (1840), Contestado (1916), as Ligas Camponesas (1964) dentre outras manifestações populares fortemente reprimidas e derrotadas pela força militar do Estado brasileiro, representante das elites conservadoras.

O surgimento do MST e de outros movimentos sociais do campo em meio ao processo de “redemocratização” do país nos anos de 1980, através de ação direta dos trabalhadores e trabalhadoras (com a tática de ocupação do latifúndio improdutivo) recoloca a luta pela terra como algo ainda latente no cenário do estado brasileiro, que mesmo reprimindo duramente no processo histórico não conseguiu conter a reorganização da classe trabalhadora no campo.

Essa postura forte de luta e ocupação de terras por parte dos trabalhadores organizados, particularmente no MST, forjou a conquista de vários territórios (assentamentos) destinados a reforma agrária. Os territórios conquistados sobre a influência organizativa do MST lutam para se manter e progredir de forma mais ou menos independente, não subordinados ao agronegócio e ao grande capital.

Considerando que os assentamentos estão imersos dentro de um espaço mais amplo e de cunho capitalista, os territórios conquistados não estavam e não estão imunes a ofensiva do capital e uma possível reconcentração dos assentamentos caso nenhuma ação de organização sócio produtiva alternativa fosse tomada (CHRISTOFFOLI, 2012).

Após a conquista dos primeiros assentamentos ficou cada vez mais claro para a militância do MST que a questão da luta pela terra não podia se limitar apenas a



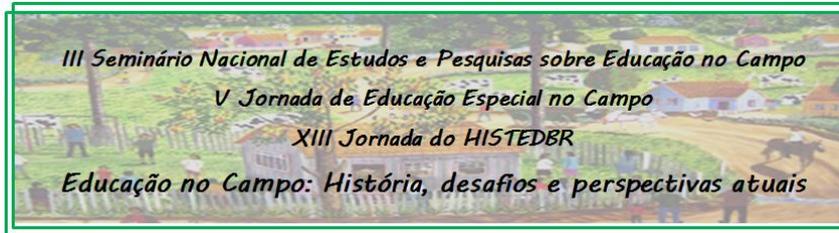
conquista do assentamento, o capital não aceitaria cedê-lo sem resistência, sem que tentasse colocá-lo a sua lógica de funcionamento e quando não, retomar aquele território perdido. Destacar que o processo de capitalização do campo, incentivada via a revolução verde e todos as suas etapas durante a ditadura militar, teve um grande impacto na organização produtiva do Brasil, pode – se considerar que os trabalhadores sem-terra não estavam imune a esse processo de industrialização dependente e de mercantilização do campo brasileiro.

Nessa conjuntura, o Movimento indica além da ocupação e conquista de territórios a necessidade de organizar e potencializar a produção nas áreas de assentamento já conquistadas, a postura tomada foi o “desenvolvimento da cooperação como forma de ação estratégica em vista do avanço do capital sobre as áreas reformadas, mais também como ensaio para a organização futura da agricultura numa sociedade socialista (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 171).

Destaca-se que num primeiro momento (entre 1979 e 83) a organização da luta pela terra teve grande influência da igreja católica, nessa dinâmica se difundia uma lógica de “Terra de Deus, terra de irmão”, assim, não se pensava numa organização produtiva na perspectiva de resultados econômicos, mas numa perspectiva mais de divindade ligada a lógica igreja (entrevista).

Organizados em unidades produtivas familiares com pequena escala produtiva, baixa intensidade do uso de capital, tecnologias intensivas em trabalho, baixo desenvolvimento das forças produtivas e quase nenhuma inserção nos mercados, se tratava de uma economia de subsistência complementada pela inserção no mercado de uma ou duas linhas de crédito (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 172).

A concepção era de que todo mundo deveria trabalhar junto, dividir o que tem, trabalhar mais pensando na subsistência, nessa dinâmica criaram-se pequenas associações, não com um objetivo econômico, mas com a finalidade de construir uma comunidade camponesa católica. No entanto, com o crescente movimento de massa no campo e a abertura política nos anos 80, levou o MST a um envolvimento político, de luta, ocupações e conquistas que transcende a concepção da igreja, levando o MST a discutir sua própria concepção de cooperação (MATEUS, 2015).



Christoffoli (2012) salienta que as primeiras experiências de associativismo, apesar de vital para a sobrevivência dos trabalhadores, não conseguiu alcançar níveis elevados de abrangências, muitas iniciativas foram inviabilizadas pelas dificuldades impostas pela burocracia estatal e principalmente pela lógica de produção capitalista (acesso a capitais, tecnologias e gestão).

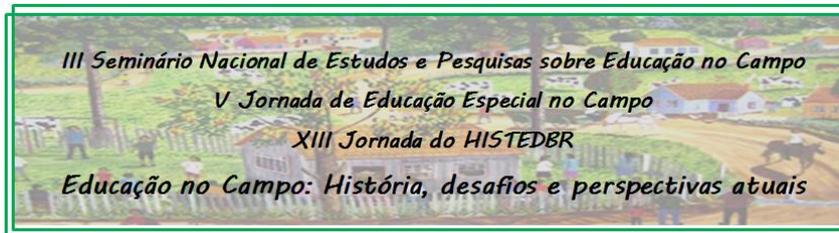
As dificuldades enfrentadas nesse primeiro momento da organização associativa e/ou cooperativista dos trabalhadores sejam pelo limite da concepção dos próprios trabalhadores ou pelo processo de regularização fundiária feita pelo Estado sem considerar a viabilidade econômica e de sustentação das famílias, acarretou a constituição de assentamentos empobrecidos, gerando com que muitos trabalhadores para completar sua renda buscassem assalariamento externo.

Considerando as experiências desse primeiro momento que teve como base grupos coletivos e semicoletivos, e posteriormente de estudos das experiências de países socialistas (Cuba, China, Alemanha Oriental, Bulgária) passa a ser concebido no MST um referencial de organização cooperativa de cunho socialista, tendo por base a exploração coletiva dos meios de produção e trabalho, nesse sentido, inicia-se através de pequenos grupos coletivos que posteriormente passam a grandes cooperativas totalmente coletivas, a organização de cooperativas englobando assentamentos inteiros denominadas de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA).

João Bernardo (2012) descreve que diante de um cenário onde a política agrária mais penalizava o pequeno agricultor, fez com que o MST se lança-se ousadamente na concepção das cooperativas, era necessário encontrar meios e condições que possibilitasse ao trabalhador ter acesso a recursos financeiros, técnicos e condições favoráveis de produção e comercialização.

O salto de qualidade na concepção do Movimento seria socializar tudo, todos os “fatores de produção”: terra, capital e trabalho. Nesse cenário o MST passa a uma nova fase, com base na experiência cubana o Movimento avança no debate e ação pensando na concepção de um sistema cooperativista para o Brasil, um sistema nacional com a função de atender demandas das diferentes realidades dos assentados no país.

A organização das cooperativas associada a consolidação de agroindústrias, tinha por objetivo a inserção dos produtos da reforma agrária no mercado, acreditava-se



que através dessas ações ocorreria uma qualificação da produção e consequentemente uma evolução social e econômica das famílias assentadas.

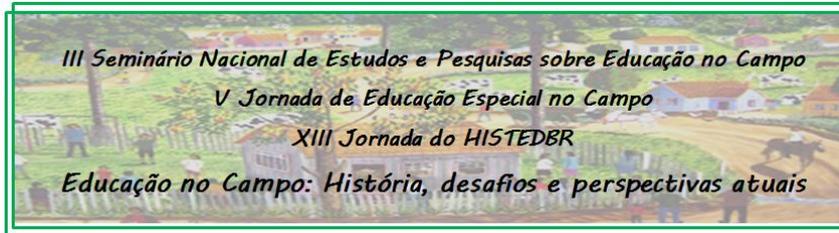
Destaca-se que nesse momento o MST lutava por uma reforma agrária do tipo clássica. Para Toná (2011), o Movimento acreditava que havia interesse da classe dominante, e consequentemente a possibilidade de inserção dos camponeses na produção capitalista, com interesses complementares entre esses e a indústria.

O MST cria no final dos anos de 1970 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e já no início dos anos de 1980 o número de cooperativas agropecuárias nos assentamentos do Movimento aumenta consideravelmente. Este processo levou a formação da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) em 1992, a partir de aproximadamente 55 cooperativas de produção e comercialização e de 7 centrais cooperativas estaduais. Junto a isso foram organizadas mais de 40 CPAs, “muitas inteiramente coletivistas, verdadeiras ilhas socialistas não só quanto à organização do trabalho, mas também quanto a certos aspectos da vida doméstica como, por exemplo, o uso de refeitórios e creches” (BERNARDO, 2012).

As cooperativas de produção fundadas pelo MST tinham personalidade jurídica, para que pudessem inserir-se no circuito mercantil, a sua organização busca a autonomia dos assentamentos além do planejamento da produção e a criação de vias diretas de comercialização, eliminando os tradicionais atravessadores [intermediários], ou seja, a ideia era ter o controle sobre toda a cadeia produtiva (BERNARDO, 2012).

Apesar da euforia os desafios e as contradições imposta pela lógica capitalista foram grandes:

[...] o desconhecimento e a desconfiança camponesa frente a essas formas coletivas resultaram numa reversão parcial das experiências, inicialmente fracionando-se em grupos semicoletivos e finalmente na desestruturação completa de diversas iniciativas complexas de cooperação. A defasagem entre a proposta concebida pelo movimento, de coletivos autogestionários totais, a falta de apoio estatal, o preparo técnico insuficiente e as contradições derivadas da consciência organizativa artesanal dos camponeses foram fatais para muitas dessas experiências e forçou um recuo tático do movimento (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 175).



Não se pode ignorar nessa conjuntura, a própria ação estatal colocou vários empecilhos e dificuldades para se concretizar a proposta do Movimento, a falta de compreensão e aparato jurídico institucional para viabilizar a autogestão e a coletivização dos meios de produção e do trabalho agia como um forte agente inibidor e também contrário a proposta do MST1.

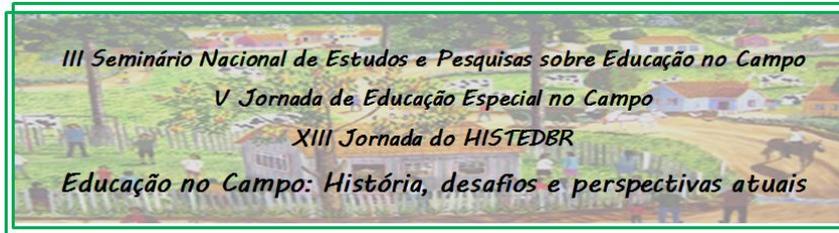
Diante disto, através principalmente da Concrab que passa a concentrar as ações ligadas a cooperação a partir de 1994, os esforços passam a ser direcionados na constituição de cooperativas regionais de prestação de serviços e não mais aos coletivos autogestionários. Esse modelo permitiu maior flexibilidade para a organização e aglutinação de famílias assentadas que produzem individualmente em seus lotes.

Em meio a essa conjuntura a concepção de cooperação no MST busca transcender a simples questão de produção ou mesmo de organização jurídica burocrática, ela também deve estar potencializando uma formação política ideológica necessária para que os assentados participem em lutas e reivindicações solidárias a outras categorias que não só a do trabalhador do campo.

Atualmente, a concepção de cooperação do MST tem uma perspectiva que traz o desenvolvimento econômico e social desenvolvendo valores humanistas e socialistas. Ela não deve se restringir apenas aos objetivos organizativos, políticos e econômicos, ela também deve ser compreendida como uma ferramenta de luta construída coletivamente de forma que deve contribuir com a organização dos trabalhadores (as) assentados em núcleos de base, como também a formação prática de militantes (trabalhadores e trabalhadoras) para a luta política, econômica e cultural (p. 55).

Cooperação no MST de São Paulo

1 O governo Collor, por exemplo, restringiu os créditos e assistência técnica para a pequena agricultura, extinguiu o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário esvaziou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, e recorreu à Polícia Federal para reprimir o MST, mandando invadir secretarias estaduais, apreender documentos e prender e instaurar processos judiciais contra as lideranças este período de repressão provocou uma queda de quase metade no número de ocupações, que passaram de 80 em 1989 para 49 em 1990, uma queda de praticamente metade no número de famílias mobilizadas, que passaram de 16.030 para 8.234 no mesmo período. Nesta conjuntura difícil, tendo de sobreviver na defensiva e contando, sobretudo com os próprios recursos, o MST concentrou-se no desenvolvimento das cooperativas de produção (BERNARDO, 2012).



Como ressaltado no tópico anterior, no decorrer dos anos 1980 crescem as ocupações de terras como tática para forçar o processo de reforma agrária, também no estado de São Paulo durante esse período surgem as primeiras ocupações, já no período do governo Montoro foram 3 ocupações, na região de Itapeva, região de Campinas em Sumaré e no Pontal do Paranapanema.

No decorrer dessas primeiras ações que ocorreram durante o governo Montoro no estado de São Paulo, se tem início as primeiras discussões pela reforma agrária envolvendo governo do estado e movimentos sociais. Para tanto foi criado o Instituto de Ações Fundiárias (IAF) órgão estatal que estabeleceu o dialogo com o MST no estado de São Paulo.

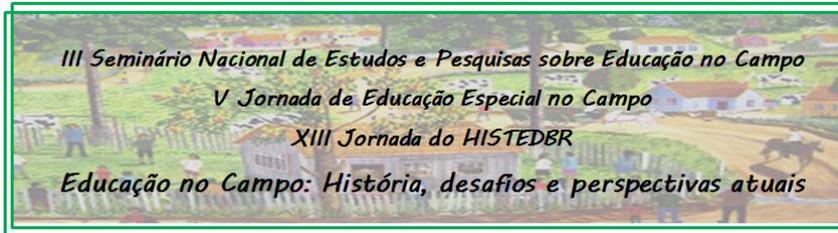
Em paralelo ao que já vinha ocorrendo no MST como um todo, a discussão interna do Movimento já buscava superar aquelas primeiras concepção de organização associativista e/ou cooperativas fundadas na perspectiva da igreja, e já se vislumbrava a concepção de cooperativas ou associações para a qualificação da produção e acesso ao mercado com o objetivo de melhorar a renda das famílias assentadas.

Além de criar o IAF, durante o governo Montoro também foi criado outros instrumentos que já não existe mais, tais como linhas de crédito e equipes de assistência técnica aos assentamentos. A perspectiva era de avançar com a reforma agrária no estado de São Paulo, para tanto foi financiado um parque de máquinas através da Caixa Econômica Estadual para viabilizar a concepção de associações de máquinas e serviços.

Fazendo referência a experiência de um assentamento que teve em Pirituba, diferente da conjuntura atual, naquele momento o assentamento não foi dividido em lotes individuais, foi organizado em glebas coletivas composta entre 10 e 15 famílias que recebia apoio e assistência da associação de máquinas e serviços.

Nesse sentido, já se encontra em fase de desenvolvimento a concepção própria do Movimento para a cooperação, o qual buscou criar um sistema cooperativista no Brasil, um sistema nacional que buscava certa autonomia do Movimento e ao mesmo tempo um controle e qualificação da cadeia produtiva.

Com a mudança do governo Montoro para o governo Quéricia começa a surgir os problemas para o avanço da reforma agrária no estado, não se trata aqui de incitar que os problemas eram exclusivos da troca de governo, mais sim de pontuar que a mudança



do governo influenciou no processo. Com a troca de governo, tem início um combate ao diálogo com as organizações sociais da classe trabalhadora, houve uma troca geral de toda a equipe, ingressando uma equipe nova que começou a combater o MST no estado de São Paulo e a combater essa experiência que primava pela autogestão e organização coletiva dos assentamentos.

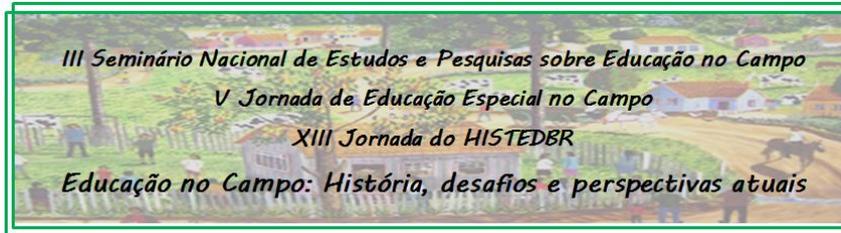
Nessa conjuntura estadual, mais também no cenário federal com a entrada do governo Collor de Melo e a iniciativa de políticas de cunho neoliberal, como também os limites de formação interna do próprio Movimento acarretou que muitas CPAs entrassem em crise sobrevivendo algumas, das quais em São Paulo resistiu a Coopava em Itapeva (SANTOS, 2015). Em meio a isso, tal qual ocorreu a nível nacional, a postura tomada para não se deixar abater-se completamente pela crise, foi a criação de cooperativas regionais de prestação de serviços e comercialização, com o intuito de atender as demandas e fortalecer a organização dos assentados regionalmente.

Se olharmos os avanços e regressos do MST é possível constatar que isso oscila muitas vezes ligado a mudança do governo, a mudança da postura do estado. Nos momentos em que o debate da reforma agrária avançou e que o governo cedeu um pouco, ou seja, ele criou alguns mecanismos pra avançar na reforma agrária as experiências mais ou menos avançaram, já em períodos em que o governo retrocedeu as experiências entraram em crise.

Como exemplo salientamos o governo federal do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), esse presidente procurou conduzir os aspectos econômicos da reforma agrária, de modo a isolar politicamente o MST e desarticular sua base social, para tanto, criou em 1998 o Banco da Terra, com o objetivo de substituir as ocupações pelo acesso à terra através dos mecanismos do mercado.

João Bernardo (2012) aponta que a estratégia mais marcante tomada por Fernando Henrique Cardoso no confronto com o MST consistiu no apoio à agricultura familiar e na promoção da relação direta das famílias camponesas com o mercado, em detrimento da relação coletiva efetuada mediante as cooperativas de assentados.

Está ação acarretou um bloqueio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, Proceca, que acabou extinto em 1999, e substituído já em 1995 pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf, cuja



denominação é elucidativa. “No ano seguinte o Pronaf deixou de ser apenas uma linha de crédito e converteu-se em programa governamental. Tratava-se de desarticular as cooperativas de produção, desviando o crédito para a agricultura familiar” (BERNARDO, 2012).

A substituição do Procefa pelo Pronaf colocou às CPAs enormes problemas de financiamento e de certa forma forçou o MST a deixar de privilegiar a formação das cooperativas de tipo complexa e passou a apresentar propostas de cooperação ligada as formas convencionais de comercialização que não pautam o conjunto dos processos de trabalho, desde então a direção do MST passa a dar prioridade às cooperativas de prestação de serviços.

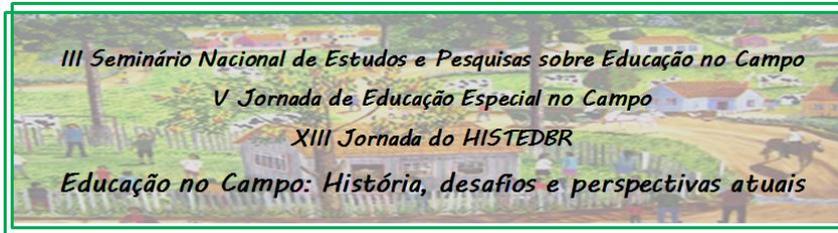
Ao iniciar a nova linha de promoção da agricultura familiar mediante os créditos do Pronaf, Fernando Henrique Cardoso obteve um notável triunfo estratégico, numa presidência que de resto não se assinalou por grandes êxitos. Como em tantos outros aspectos, o governo Lula prolongou as orientações do governo anterior. As verbas do Pronaf quadruplicaram entre as safras de 2002-2003 e 2006-2007 (BERNARDO, 2012).

Considerações finais: as Ilhas de assentamentos cercadas pelo Mar Verde de Cana e Eucalipto

Florestan Fernandes, no seu livro clássico “O circuito fechado”, procurou mostrar nos anos 1970 que as burguesias latino-americanas deram uma resposta clara as lutas populares. Ao invés de incorporar e absorver as demandas clássicas por terra, melhores salários e condições de vida, acesso a educação pública, etc. responderam fechando o circuito de demandas e pior que isso, estrangulando as lutas sociais. No atual momento histórico, a reação das frações do capital instalado no Estado de São Paulo são claras: impedimento de uma reforma agrária, autocracia/repressão violenta diante das manifestações populares, levando a uma espécie de circuito fechado e em curto circuito, a medida que mais e mais demandas latentes imergem na sociedade.

Com isso, é possível perceber quem os poucos assentamentos que conseguem furar o bloqueio do circuito fechado e agora em curto circuito tornam-se ilhas cercadas pelo mar verde de cana e eucalipto. Um bom exemplo do arranjo de descaso das elites que comandam o Estado de São Paulo e o Governo Federal é o assentamento “União de

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Todos”, que na verdade deveria ser chamado de união de todos os tocos. Situado na região de Cabrália Paulista-Agudos, no centro oeste paulista, é um bom exemplo do que a nossa classe dominante deseja ao povo brasileiro. “Querem terra? Aí está, fiquem com um assentamento cheio de tocos!”

Referências

AZEVEDO, J.; THOMAZ JÚNIOR, A; OLIVEIRA, A. M. S. . A nova ofensiva do capital canavieiro e os desdobramentos para o trabalho no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista (SP). *Geografia em Atos* (Online), v. 1, p. 10-17, 2006.

BARRETO, M. J. Territorialização das agroindústrias canavieiras na Região do Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

CANO, W. As raízes da concentração industrial do Estado de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2005.

BERNARDO, J. MST e agroecologia: uma mutação decisiva. *Passa Palavra*, 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2012/03/97517>>.

CHRISTOFOLLI, P. I A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: RODRIGUES, Fabiana C; NOVAES, Henrique T; BATISTA, Eraldo L. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DREIFUSS, R. 1964: A Conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, F. Nova república? São Paulo: Zahar, 1986.

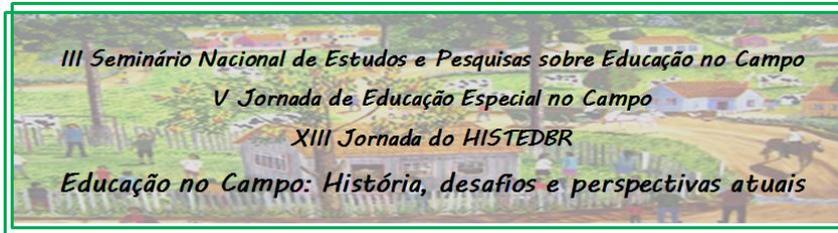
IANNI, O. Estado e Planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

LAMOSA, R.; LOUREIRO, C. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. [Obtido na Internet] 2013

MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOURA, C. As rebeliões no Estado de São Paulo. In: MOURA, C. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. 5ª edição.

NOVAES, H. T. Reatando um fio interrompido – a relação universidade movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular/Fapesp, 2012.



NOVAES, H. T. A decadência ideológica da política educacional do Estado de São Paulo – notas sobre a precarização estrutural do trabalho docente. Marília – XIV Jornada Pedagógica, 2014.

NOVAES, H. T.; SANTOS, L.; PIRES, J.; FUZER, A. A economia política da “Revolução Verde”, a Agroecologia e as Escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. Questão agrária, Cooperação e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.

OLIVEIRA, A. U. Os Agrocombustíveis e a Produção de Alimentos. In: SIMONETTI, M. L. (Org.). A (in) sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. 1ª ed. São Paulo/Marília: Cultura Acadêmica/Oficina Universitária, 2011, v. 1, p. 159-180. PEREIRA, V. Terra e poder – formação histórica de Marília. Marília: Editora da FFC/UNESP, 2005.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. Agrária, São Paulo, No. 12, 2010.

PINHEIRO, S. A máfia dos alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: 2005.

SANTOS, M. **Marcio TCC

SANTOS, Selma. História da Coopava. In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.) Questão agrária, cooperação e agroecologia, vol II. São Paulo: Outras Expressões, 2015, no prelo.

SOUZA, S. M. R. A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D. et al. (org.) O legado educacional do século XX. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (p. 09-57).

SODRÉ, N. W. Evolução Social do Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1988.

SANFELICE, J. L. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. Nuances (UNESP Presidente Prudente), v. 18, p. 145-160, 2010.

TARDIN, J. M. Brasil não tem política para agroecologia [Entrevista]. Obtido em: <http://www.mst.org.br/node/1863>. 10/03/2013.